



**Público**

25-07-2015

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 51453

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 1848

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/6/7

ENRIC VIVES-RIBIJO

# **SALGADO É ARGUIDO** **EX-PRESIDENTE DO BES** **FICA EM PRISÃO DOMICILIÁRIA** **APÓS LONGO INTERROGATÓRIO**

## **APREENDIDOS CENTENAS** **DE QUADROS E DOCUMENTOS** **DO GES EM SEDE DE EMPRESA** **DE SEGURANÇA**

Portugal, 6/7



# Salgado fica em prisão domiciliária mas pode sair com autorização do juiz

Judiciária fez buscas quarta e quinta-feira na sede da ESEGUR. Ex-presidente do BES esteve ontem todo o dia todo a ser interrogado pelo juiz Carlos Alexandre e saiu obrigado a permanecer em casa, sem pulseira electrónica

**Justiça**  
Mariana Oliveira, Pedro Sales Dias e Ana Henriques

O ex-presidente executivo do Banco Espírito Santo (BES), Ricardo Salgado, vai aguardar o desenrolar das investigações ao colapso do BES e do GES em prisão domiciliária, sem pulseira electrónica. O antigo banqueiro poderá sair excepcionalmente da habitação, com autorização do juiz Carlos Alexandre que decretou esta e outras medidas. O advogado Francisco Proença de Carvalho disse à saída do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) que a medida é “bastante desproporcional” e pondera recorrer dela. O defensor adiantou ainda que outros agentes processuais também discordaram dela, sem se referir, contudo, aos procuradores, a outra parte presente.

O interrogatório do antigo banqueiro terá começado de manhã e a Procuradoria-Geral da República (PGR) confirmou que ocorria no “âmbito das investigações do denominado Universo Espírito Santo”. Salgado esteve a ser interrogado pelo juiz Carlos Alexandre um dia depois de a PJ terminar uma operação com buscas na ESEGUR, uma empresa de segurança onde o BES detinha quase metade das acções que agora são propriedade do Novo Banco (44%) e da Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo. Os restantes 50% pertencem à Caixa Geral de Depósitos. Contactado pelo PÚBLICO, o departamento de comunicação da ESEGUR recusou prestar qualquer esclarecimento sobre o sucedido.

Durante a operação na empresa que se dedica ao transporte de valores, os inspectores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ apreenderam inúmeros documentos e centenas de quadros que estavam no cofre daquela empresa e serão propriedade do Grupo Espírito Santo (GES), adiantou ao PÚBLICO fonte da PJ.

O ex-banqueiro foi ouvido a pedido do Ministério Público e na qua-

lidade de arguido, com o objectivo de lhe serem fixadas medidas de coacção. Recorde-se que o antigo presidente do BES é arguido num outro processo, o Monte Branco, que investiga a maior rede de branqueamento de capitais descoberta em Portugal. Curiosamente, ontem fez precisamente um ano que Ricardo Salgado foi ouvido durante oito horas pelo mesmo juiz, no mesmo tribunal, tendo então ficado sujeito a uma caução de três milhões de euros, proibido de se ausentar de Portugal e de efectuar contactos com determinadas pessoas.

Num comunicado emitido ao fim da tarde de ontem, a PGR revela que, na passada segunda-feira, Ricardo Salgado “foi interrogado e constituído arguido pelo Ministério Público, no âmbito das investigações relacionadas com o denominado ‘Universo Espírito Santo’, que correm termos no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP)”.

A nota adianta que até ontem “foram constituídos seis arguidos no âmbito destas investigações, nas quais está em causa a suspeita da prática de crimes de falsificação, falsificação informática, burla qualificada, abuso de confiança, fraude fiscal, corrupção no sector privado e branqueamento de capitais”. Dois deles são antigos directores do BES que foram constituídos arguidos em Novembro do ano passado, durante uma mega-operação de buscas que incluiu uma visita à sede do Novo Banco e às actuais instalações do BES. São eles Isabel Almeida, ex-directora financeira do BES, e António Soares, ligado à administração do BES Vida. O ex-braço direito de Salgado, Amílcar Morais Pires, é outro dos arguidos, não se conhecendo a identidade dos restantes dois.

Além deste inquérito, ainda estão a correr outros quatro processos relacionados com o colapso do BES e do GES, um dos quais agrega outros 73 processos. “Estes inquéritos apenas respeitam a queixas apresentadas por pessoas que se consideram lesadas pela actividade desenvolvida



## 1,8

Mil milhões de euros é o valor estimado de bens móveis e imóveis confiscados ao abrigo deste processo

## Oh10

Foi a hora a que Ricardo Salgado saiu do Tribunal Central de Instrução Criminal. Tinha chegado de manhã

pelo BES e pelo GES”, lê-se no comunicado. Estas investigações estão a cargo de um grupo de cinco procuradores, três dos quais estiveram ontem no TCIC.

A operação de buscas que visou a sede da ESEGUR no Prior Velho, em Lisboa, ocorreu no âmbito do mesmo processo em que o ex-presidente executivo do BES foi ouvido e resultou na detenção do director do departamento de segurança da empresa. A UNCC detectou armas proibidas na habitação do responsável, o que justificou a sua detenção. O director de segurança deverá ser julgado em breve em processo sumário já que os crimes em causa surgiram como uma questão colateral ao objectivo das buscas na ESEGUR.

As últimas buscas neste processo ocorreram há cerca de um mês e visaram a família Espírito Santo e ex-administradores do BES. Nessa altura

foram apreendidos uma grande quantidade de bens incluindo barcos, carros, dinheiro, quadros valiosos, ouro e jóias. De acordo com várias avaliações existentes nos processos, os bens móveis e imóveis confiscados pelas autoridades já totalizam cerca de 1,8 mil milhões de euros.

Uma das buscas foi levada a cabo na residência de Ricardo Salgado, em Cascais, e outra na casa de férias da Herdade da Comporta, no Alentejo. Amílcar Morais Pires e José Manuel Espírito Santo, ex-administradores do BES, estão entre os visados por essas buscas.

A operação decorreu depois de em Maio a PGR ter adiantado que tinha sido feito um “arresto preventivo” de bens imóveis e valores patrimoniais de outra natureza. Entre os imóveis arrestados estão propriedades da Rioforte (o braço não financeiro do grupo) e de sub-



sidiárias desta empresa.

Vários órgãos de comunicação, entre os quais o *Correio da Manhã* e a TVI, depois de divulgado o arresto de bens, noticiaram que foram confiscados entre 500 e 600 imóveis do Grupo Espírito Santo (GES) e milhões de euros de produtos bancários, num valor total superior a mil milhões. A maioria dos imóveis serão prédios rústicos e urbanos pertencentes à Rioforte, que é dona, entre outros, da Herdade da Comporta.

Na base deste processo está a queixa-crime apresentada pelo Banco de Portugal após o relatório de auditoria forense contra actos da anterior gestão liderada por Ricardo Salgado. O próprio BES, que ficou com os activos tóxicos do banco, é assistente do Ministério Público neste caso, tendo apresentado uma queixa-crime por infidelidade contra vários dos seus ex-administradores.